

1. Identificação da entidade

1.1. Dados de identificação

Designação da entidade: Associação Social e Cultural de S. Nicolau

Sede : Rua da Reboleira, 59

4050-492 PORTO

Endereço eletrónico: ascsnicolau@sapo.pt

Natureza da atividade: Atividades de apoio social com alojamento

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Referencial contabilístico usado

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF). Mais especificamente foram utilizadas as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF).

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

- Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e dos registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

- Regime de periodização económica (acrécimo)

A entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidos em “Devedores por acréscimos de rendimento”; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas em “Credores por acréscimos de gastos”.

- Material de agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

- Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

- Comparabilidade

As Políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a segunda-feira, 31 de Dezembro de 2018 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2016.

3. Principais políticas contabilísticas

3.1. Bases da mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As principais bases de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes:

- Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

- Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euro, constituindo esta a funcional e de apresentação. Neste sentido, os saldos em aberto e as transações em moeda estrangeira foram transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor à data de fecho para os saldos em aberto e à data da transação para as operações realizadas.

Os ganhos ou perdas de natureza cambial daqui decorrentes são reconhecidos na demonstração dos resultados no item “Juros e rendimentos similares obtidos” se favoráveis ou “Juros e gastos suportados” se desfavoráveis, quando relacionados com financiamentos obtidos/concedidos ou em “Outros rendimentos e ganhos” se favoráveis e “Outros gastos ou perdas” se desfavoráveis, para todos os outros saldos e transações.

- Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo da aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de ativos.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estimem que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de ativos fixos tangíveis.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/instalação, são integrados no item “ativos fixos tangíveis” e mensurados ao custo da aquisição. Estes bens não foram depreciados enquanto tal, por não se encontrarem em estado de uso.

Tabela da vida útil dos ativos fixos tangíveis

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50 anos
Equipamento básico	6 anos
Equipamento de transporte	5 anos
Equipamento administrativo	6 anos
Equipamento informático	5 anos
Outros ativos fixos tangíveis	6 anos

- Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem essencialmente edifícios e outras construções detidos para auferir rendimento e/ou valorização do capital. Trata-se de ativos que não são utilizados na produção ou fornecimento de bens e serviços que fazem parte do objeto social da entidade, nem para fins administrativos ou para venda no decurso da sua atividade corrente.

Os gastos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, foram consideradas como custo diferido em 5 anos.

- Ativos intangíveis

À semelhança dos ativos fixos tangíveis, os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo da aquisição deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Observa-se o disposto na respetiva NCRF, na medida em que só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros, sejam controláveis e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As amortizações de ativos intangíveis com vida úteis definidas são calculadas, após o início de utilização, pelo método da linha reta em conformidade com o respetivo período de vida útil estimado, ou de acordo com os períodos em vigência dos contratos que os estabelecem.

Nos casos de ativos intangíveis, sem vida útil definida, não são calculadas amortizações, sendo o seu valor objeto de testes de imparidade numa base anual.

- Inventários

As mercadorias matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo da aquisição, o qual é inferior ao valor de realização, pelo que não se encontra registada qualquer perda por imparidade por depreciação de inventários.

- Clientes e outros valores a receber

As contas de “Clientes” e “Outros valores a receber” estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidade, registadas na conta “Perdas por imparidade acumuladas”, por forma a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

- Caixa e depósitos bancários

Este inclui caixa, depósitos à ordem e outros depósitos bancários. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica “Financiamentos obtidos”, expresso no passivo corrente.

- Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

- Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa.

Observou-se o disposto na NCRF 20, dado que o rédito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurável, é provável que se tenham benefícios económicos futuros e todas as contingências relativas a uma venda tenham sido substancialmente resolvidas.

Os rendimentos dos serviços prestados são reconhecidos na data da prestação dos serviços ou se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime da periodização económica, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade. Os dividendos são reconhecidos na rubrica “Outros ganhos e perdas líquidos” quando existe o direito de os receber.

- Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a entidade cumpre com todos os requisitos para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de ativos fixos tangíveis e intangíveis, estão incluídos no item “Outras variações nos capitais próprios”, são transferidos numa base sistemática para resultados à medida em que decorrer o respetivo período de depreciação ou amortização.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

4. Fluxos de caixa

4.1. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Descrição	31-12-2018	31-12-2017
Caixa e depósitos bancários		
Caixa	14,82 €	10,00 €
Depósitos à ordem	123 304,19 €	375 572,20 €
Depósitos a Prazo	515 352,46 €	337 152,12 €
Total Caixa e Depósitos Bancários	638 671,47 €	712 734,32 €

5. Clientes conta corrente e fornecedores conta corrente

A Entidade detinha, a 31 de Dezembro de 2018 e 2017 os seguintes saldos na conta de clientes e fornecedores.

Descrição	Saldo devedor 2018	Saldo credor 2018	Saldo devedor 2017	Saldo credor 2017
Clientes e utentes C/C	41 141,34 €	18 010,95 €	35 035,12 €	17 546,11 €
Total	41 141,34 €	18 010,95 €	35 035,12 €	
Fornecedores		10 214,46 €		10 836,03 €
Total	- €	10 214,46 €	- €	10 836,03 €

6. Impostos e contribuições

6.1. Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições

Descrição	Saldo devedor 2018	Saldo credor 2018	Saldo devedor 2017	Saldo credor 2017
Iva a recuperar - Obras	3 785,21 €		3 024,51 €	
Retenção de impostos sobre rendimentos		1 582,72 €		1 730,33 €
Contribuições para a Segurança Social		7 386,34 €		7 190,87 €
Fundos de Compensação		64,16 €		45,06 €
Total		9 033,22 €	3 024,51 €	8 966,26 €

7. Outras contas a receber e a pagar

As rubricas “outras contas a receber e a pagar” tinham, em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 a seguinte decomposição:

Descrição	Ano 2018	Ano 2017
Outras contas a receber		
PT Comunicações		141,30 €
Águas do Porto		99,76 €
Utentes - Farmácia	1 610,87 €	1 399,59 €
Ana Baptista	120,00 €	
Total	1 730,87 €	1 640,65 €
Outras contas a pagar		
Remunerações a Liquidar -Férias e Subs. Férias	49 293,50 €	48 544,54 €
Eletricidade	1 569,21 €	1 440,95 €
Multimac		8,70 €
Maria Carmo		1 257,00 €
Donativo		56,41 €
Água	33,15 €	
Sindicato	41,45 €	
Álvaro Silva	110,00 €	
Margarida Aguiar	318,50 €	
Nuno Reis	364,50 €	
Quotas	30,00 €	
J.L. Fonseca	250,00 €	
Magda R	238,41 €	
Jorge Vilarinho	371,00 €	
Farmácia-Utentes	1 147,09 €	1 222,50 €
Dr ^a . Susana	88,30 €	
Helena Lopes	409,53 €	
Joana Pedroso	335,00 €	
Alice Alves Machado		18,47 €
Total	54 599,64 €	52 548,57 €

8. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica “diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	Ano 2018	Ano 2017
Gastos a reconhecer		
Seguros	407,72 €	898,28 €
C.M. Porto - Renda	33,18 €	
Total	440,90 €	898,28 €

9. Inventários

9.1. Apuramento do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas e outras informações sobre esta natureza de inventários, conforme quadro seguinte:

Movimentos	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	
	2018	2017
Saldo inicial	886,84 €	842,30 €
Compras	63 861,32 €	54 470,96 €
Reclassificação Regularização Inventário	9 252,41 €	15 925,84 €
Saldo final	848,68 €	886,84 €
Gastos do período	73 151,89 €	70 352,26 €

10. Ativos fixos tangíveis

Divulgação sobre ativos fixos tangíveis, conforme quadro seguinte:

Descrição	31-12-2017	Adições	Abate	Transf.	31-12-2018
Edifícios e outras construções	238 740,65 €				238 740,65 €
Equipamento básico	181 540,03 €	6 754,12 €			188 294,15 €
Equipamento Transporte	1 320,50 €				1 320,50 €
Equipamento administrativo	37 197,93 €				37 197,93 €
Ativo Fixo Tangível Bruto	458 799,11 €	6 754,12 €	- €	- €	465 553,23 €
Edifícios e Outras Construções	99 138,50 €	4 774,81 €			103 913,31 €
Equipamento básico	164 234,61 €	5 471,46 €			169 706,07 €
Equipamento administrativo	36 042,62 €	447,60 €			36 490,22 €
Outros AFT					- €
Depreciações acumuladas	299 415,73 €	10 693,87 €	- €	- €	310 109,60 €
Ativo Tangível Líquido	159 383,38				155 443,63

11. Fundos patrimoniais

Nos “fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundo Inicial	45 645,94 €			45 645,94 €
Resultados transitados	334 550,14 €	318 450,80 €		653 000,94 €
Total Fundo Inicial e Reult. transitados	380 196,08 €	318 450,80 €	- €	698 646,88 €
Outras Variações F. Patrimoniais	126 245,58 €	- €	4 167,96 €	122 077,62 €
Subsídios ao Investimentos	126 245,58 €		4 167,96 €	122 077,62 €
Total dos Fundos Patrimoniais	506 441,66 €			820 724,50 €

12. Rédito

Para os períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes réditos:

Rubricas	31-12-2018	31-12-2017
Prestação de serviços	285 296,20 €	276 999,48 €
Quotas de utilizadores	284 061,20 €	276 124,48 €
Jóias e Quotizações	1 235,00 €	875,00 €
Outros rendimentos e ganhos	11 270,01 €	383 760,41 €
Descontos obtidos	615,64 €	644,47 €
Subsídios ao investimento	4 167,96 €	4 167,96 €
Alienações - Edifício		375 000,00 €
Donativos		1 892,00 €
Corr. Ret. Per. Anteriores	4 774,37 €	- €
Restituição Impostos	642,04 €	2 055,98 €
Indm. P/ Aviso Prévio	1 070,00 €	
Juros Dividendos e outros Rendimentos	1 215,14 €	1 482,81 €
Depósitos bancários	1 215,14 €	1 482,81 €
Total	297 781,35 €	662 242,70 €

13. Subsídios do Governo e outras entidades publicas

13.1. Política contabilística adotada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adotados nas demonstrações financeiras

13.2. Natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Governo de que diretamente se beneficiou:

Descrição	2018				2017		
	Natureza	Capitais próprios	Passivo	Demonstração de Resultados	Capitais próprios	Passivo	Demonstração de Resultados
IPSS, IP (dotações)	não reembolsável			256 991,33			266 951,59
Total IPSS				256 991,33			266 951,59
Banco Alimentar Contra Fome	não reembolsável			7 944,52			10 381,42
Modelo Continente	não reembolsável			1 564,31			6 203,37
Particulares	não reembolsável			5 230,19			7 052,93
Total Outras entidades				14 739,02			23 637,72
Total de Subsídios à Exploração				271 730,35			290 589,31

14. Fornecimentos e serviços externos**14.1. Discriminação de fornecimento e serviços externos**

Para os períodos de 2018 e 2017 os fornecimentos e serviços externos foram os seguintes:

Descrição	Ano 2018	Ano 2017
Trabalhos especializados	6 779,04 €	34 823,19 €
Vigilância e Segurança	50,00 €	50,00 €
Honorários	34 353,36 €	41 398,67 €
Conservação e reparação	21 231,61 €	28 429,61 €
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	3 467,92 €	2 857,13 €
Material de escritório	1 813,12 €	1 679,38 €
Artigos p/ oferta	174,50 €	652,75 €
Material didático	548,81 €	704,29 €
Jornais e Revistas	371,00 €	362,01 €
Eletricidade	21 669,28 €	18 868,59 €
Água	4 744,79 €	4 905,89 €
Outros fluidos - gás	6 039,79 €	6 580,16 €
Deslocações e Estadas	1 297,25 €	1 831,10 €
Rendas	295,20 €	457,08 €
Comunicação	2 982,55 €	2 860,81 €
Seguros	454,04 €	302,76 €
Contencioso e Notariado		61,82 €
Despesas de Representação	232,54 €	332,55 €
Limpeza, higiene e conforto	17 355,50 €	17 892,27 €
Encargos c/ saúde dos Utentes e vestuário e calçado	31 659,93 €	19 373,50 €
Outros Serviços	110,00 €	174,83 €
Total	155 630,23 €	184 598,39 €

15. Outros gastos e perdas

Para os períodos de 2018 e 2017 os outros gastos e perdas foram os seguintes:

Descrição	Ano 2018	Ano 2017
Taxas e impostos	570,87 €	1 128,72 €
Quotizações	396,00 €	320,45 €
Cor. Rel. Per. Anteriores	17 850,95 €	731,66 €
Total	18 817,82 €	2 180,83 €

16. Benefícios aos empregados

O número médio de colaboradores ao serviço da entidade durante o exercício de 2018 foi de 30, colaboradores

16.1. Benefícios dos empregados e encargos da entidade

Descrição	ANO 2018	ANO 2017
Gasto com o pessoal		
Remunerações	305 124,34 €	286 842,53 €
Remunerações Certas	305 124,34 €	286 842,53 €
Remunerações Adicionais	969,80 €	3 197,84 €
Indeminizações	1 293,52 €	8 710,09 €
Encargos sobre remunerações	68 106,64 €	64 007,70 €
Seguro de acidentes no trabalho e doenças profissionais	2 997,09 €	2 977,45 €
Outros Gastos C/ Pessoal	1 303,80 €	1 946,14 €
- Formação	512,00 €	235,00 €
- Apoio Médico	120,10 €	1 589,82 €
- Vestuário e calçado	671,70 €	
- Férias n/ Gozadas		121,32 €
Total Gasto com o pessoal	379 795,19 €	367 681,75 €

17. Divulgações exigidas por diplomas legais**17.1. Outras divulgações exigidas por diplomas legais**

- Impostos de mora

A entidade apresenta a sua situação regularizada perante as Finanças, tendo liquidado as suas obrigações fiscais nos prazos legalmente estipulados.

- Dívidas à Segurança Social em mora

A entidade apresenta a sua situação regularizada perante a Segurança Social, tendo liquidado as suas obrigações legais nos prazos legalmente estipulados.

18. Acontecimentos após data de balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2018.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.